

A DINÂMICA DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS TOTAIS DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB DE 2008 A 2019¹

THE DYNAMICS OF TOTAL BUDGET EXPENDITURE OF THE UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB SYSTEM FROM 2008 TO 2019

LA DINÁMICA DEL GASTO PRESUPUESTARIO TOTAL DE LA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - SISTEMA UAB DE 2008 A 2019

Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Universidade Federal de Goiás

Juliane Aparecida Ribeiro Diniz
Universidade Federal de Goiás

Murilo José de Souza Pires
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

RESUMO. O intuito deste texto é apresentar a dinâmica das despesas orçamentárias totais do Sistema Universidade Aberta do Brasil, no recorte histórico de 2008 a 2019, a partir de dados quantitativos fornecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por intermédio da Diretoria de Educação a Distância – DED. Para tanto, os caminhos metodológicos adotados foram a Pesquisa Bibliográfica e a Pesquisa Documental, com meio da abordagem *quali-quantitativa* de investigação. Os resultados demonstram que as despesas orçamentárias totais do Sistema Universidade Aberta do Brasil, de 2008 a 2019, exprimiram comportamento oscilatório e priorização dos gastos com bolsas vis-à-vis aos custeios e que, também, essas despesas correram sempre à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao MEC e ao FNDE, observados sempre os limites de movimentação e empenho e de pagamento, indicando, portanto, descontinuidade na proposta e na oferta de financiamento ao Sistema UAB, como forma de redução dos gastos governamentais, o que fragiliza, sobremaneira, a continuidade e a sustentabilidade do Sistema Universidade Aberta do Brasil.

Palavras-chave: Educação a Distância. Sistema UAB. Despesas orçamentárias totais.

¹ Este trabalho provém de tese de doutorado defendida pela primeira autora no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, em janeiro de 2023. Portanto, a discussão pormenorizada pode ser consultada em Diniz (2023).

ABSTRACT. The purpose of this text is to present the dynamics of the total budgetary expenses of the Open University of Brazil System, in the historical period from 2008 to 2019, based on quantitative data provided by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel – CAPES, through the Directorate of Distance Education – DED. For this purpose, the methodological paths adopted were Bibliographic Research and Documentary Research, using the qualitative and quantitative approach of investigation. The results show that the total budgetary expenses of the Open University of Brazil System, from 2008 to 2019, expressed an oscillatory behavior and prioritization of expenses with scholarships vis-à-vis funding. And that, also, these expenses always ran on account of the budget appropriations annually assigned to the MEC and the FNDE, always observing the limits of movement and commitment and of payment, indicating, therefore, discontinuity in the proposal and in the offer of financing to the UAB System, as a way of reducing government spending, which greatly weakens the continuity and sustainability of the Open University System of Brazil.

Keywords: Distance Education. UAB system. Total budget expenses.

RESUMEN. El objetivo de este texto es presentar la dinámica de los gastos presupuestarios totales del Sistema de la Universidad Abierta de Brasil, en el período histórico de 2008 a 2019, con base en datos cuantitativos proporcionados por la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior – CAPES, a través de la Dirección de Educación a Distancia – DED. Para ello, los caminos metodológicos adoptados fueron la Investigación Bibliográfica y la Investigación Documental, utilizando el enfoque cualitativo y cuantitativo de la investigación. Los resultados muestran que los gastos presupuestarios totales del Sistema de la Universidad Abierta de Brasil, de 2008 a 2019, expresaron un comportamiento oscilatorio y de priorización de los gastos con becas frente a la financiación. Y que, además, estos gastos corrieron siempre a cuenta de las partidas presupuestarias asignadas anualmente al MEC y al FNDE, observándose siempre los límites de movimiento y compromiso y de pago, indicando, por tanto, discontinuidad en la propuesta y en la oferta de financiación. al Sistema UAB, como una forma de reducir el gasto público, lo que debilita mucho la continuidad y sostenibilidad del Sistema de Universidad Abierta de Brasil.

Palabras clave: Educación a distancia. Sistema UAB. Gastos totales del presupuesto.

1 INTRODUÇÃO

No âmbito da trajetória da Educação a Distância no Brasil, percebe-se início de cursos por correspondência desde o ano de 1904, por meio de rádios em 1923 e de programas televisivos a partir dos anos 1960. Os cursos transmitidos por satélite e redes de computadores datam do final da década de 1970 e início de 1980. A utilização da Internet nos ambientes educativos principia-se no decênio 1990 e a institucionalização do Sistema Universidade Aberta do Brasil deu-se nos anos 2000.

Destaca-se, desse modo, que o estabelecimento da Universidade Aberta, em território brasileiro, aconteceu com atraso em relação aos países desenvolvidos e em conjuntura de reestruturação produtiva flexível, de reorganização do Estado brasileiro conforme ideologia neoliberal - que prevê gastos sociais cada vez mais reduzidos - e de hegemonia do capital financeiro.

Nesse sentido, o intuito deste texto é apresentar a dinâmica das despesas orçamentárias totais do Sistema Universidade Aberta do Brasil no recorte histórico de 2008 a 2019, a partir de dados quantitativos fornecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por intermédio da Diretoria de Educação a Distância (DED/CAPES).

Para tanto, os caminhos metodológicos adotados foram a Pesquisa Bibliográfica e a Pesquisa Documental, considerados documentos os dados enviados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, via portal Fala.Br, por intermédio da Diretoria de Educação a Distância. Relevante destacar que se adotou durante a análise documental abordagem *quali-quantitativa* de investigação, que é, na concepção de Michel (2009), a pesquisa que quantifica e percentualiza informações, por meio de subsídios estatísticos, de forma compiladora e organizadora para que estas sejam analisadas, estudadas, criticadas, compreendidas e interpretadas qualitativamente.

Com vistas a cumprir o objetivo, o presente artigo foi composto por dois tópicos. O primeiro oferece uma síntese do processo histórico de proposição

da Universidade Aberta do Brasil, por intermédio das legislações e normatizações oficiais. E o segundo apresenta tratamento analítico-descritivo dos dados fornecidos pela DED/CAPES acerca das despesas orçamentárias totais do Sistema UAB, no recorte temporal de 2008 a 2019. E, por fim, seguem-se as considerações finais.

2 SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: A TRAJETÓRIA DAS PROPOSIÇÕES

O processo de constituição da EaD no Brasil se objetivou no tempo histórico como entrelaçar de contradições e de particularidades, marcadas por contextos de industrialização e urbanização e pelo propósito de estimular o desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes da força de trabalho, com vistas a atender demandas de economia periférica, dependente e subdesenvolvida.

Não é por outro motivo que a alvorada do Sistema UAB foi descrita por Lacé (2014) e Oliveira (2019) como resultante síntese de movimento histórico que se cristalizou a partir do governo do General Médici (1969-1974), cuja finalidade, à época, era impulsionar o projeto dos governos militares (1964-1984) de edificação do 'Brasil Potência'.

O Brasil vivenciava, por um lado, momento de Milagre Econômico (1968-1973) com baixa inflação, entrada de capital externo, desenvolvimento dos estágios superiores do processo de industrialização brasileira, diversificação das exportações, avanço do processo de urbanização e ampliação dos créditos ao investimento produtivo (LESSA, 1978). E, por outro, experienciava regime político-ideológico cívico-militar autoritário, perseguidor, tolhedor de opiniões e de pensamentos e opressor da qualidade de vida dos brasileiros. Assim, uma Universidade Aberta representaria, enquanto ideário, forma de manter os alunos afastados dos educadores e dos colegas, evitando diálogos no contexto da formação universitária.

Nesse período, Newton Sucupira, Diretor de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e integrante do Conselho Federal da Educação, viaja à Inglaterra para conhecer o projeto *Open University* e propõe para o Brasil uma Universidade Aberta de caráter privado (LACÉ, 2014), como forma de ampliar as possibilidades educacionais dos brasileiros e de desobrigar o Estado de expandir os recursos orçamentários para a Educação.

Contudo, duas questões sugerem tropeços no caminhar de tal projeto. Primeiro, o aspecto tecnológico: o acesso aos meios de comunicação era bastante restrito no Brasil devido aos atávicos problemas relacionados ao processo de industrialização tardia e à desigualdade social e econômica vivenciada pela população. Em segundo, a falta de professores qualificados em tecnologias da educação para atender demandas educativas da Universidade Aberta à época (OLIVEIRA, 2019).

Outra ideia de Universidade Aberta foi apresentada por meio do Projeto de Lei - PL n.º 1.878, em março de 1974 por Pedro Faria, cujo parágrafo único designava que seria instituição de nível superior, em que o ensino seria ministrado por intermédio de processos de comunicação a distância. Contudo, teve parecer contrário e foi arquivado no ano seguinte.

Pedro Faria, propôs outro PL em 1977, embasando-se nos pontos para nova estratégia de educação propostos pela Comissão Internacional para o Progresso da Educação, em pesquisa de âmbito mundial, desenvolvida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. No subsídio ao PL fica explícito que esta não ficaria a cargo apenas do Estado, mas poderia ser assumida por instituições de ensino superior particulares e empresas de comunicação. Todavia, a proposta foi arquivada em 1979.

Outro PL, n.º1751, foi apresentado pelo deputado Clarck Platon em 1983, visando a instituir uma Universidade Aberta no Brasil. Interessante observar que na justificativa exposta no documento a EaD é atrelada à prática de

'autoeducação', capaz de modificar o comportamento do indivíduo e favorecer a educação permanente, sem perder de vista a redução "nos custos do ensino superior". Mas o projeto foi arquivado.

Arnaldo Niskier, em 1986, apresentou ao Conselho Federal de Educação a Indicação, de n.º18, a favor da implantação da Universidade Aberta no Brasil, com vistas à formação de "recursos humanos qualificados em muitos setores, além de permitir a muitos o aperfeiçoamento e a reconversão de profissão". Para Niskier, a EaD seria solução para a "necessidade ampla, sólida e continuada da capacitação" de mão de obra indispensável ao progresso científico e tecnológico do Brasil. Entretanto, não se encaminhou adiante tal projeto. (NISKIER, 2014, p.13 e 19).

Em 1987, Lúcio Alcântara propositou a criação da Universidade Nacional de Ensino à Distância - UNED por intermédio do PL n.º203. Esta seria fundação e contaria com autonomia administrativa e financeira, com Reitoria, Conselho Diretor e patrimônio próprios e teria quadro de pessoal regido pela legislação trabalhista. A proposta era que esta Instituição se destinasse, inicialmente, a cursos de Extensão e de reciclagem de conhecimentos, para, posteriormente, dedicar-se a cursos que habilitassem ao exercício de profissões. Projeto que também foi arquivado.

Dando sequência a discussão da criação da UAB, em 1988 foi instituída comissão composta por representantes de vários segmentos sociais nacionais para examinar tal contexto. A justificativa era ampliar a oferta e a democratização do ensino superior a custos reduzidos, bem como colocar o Brasil na trilha educacional mundial. Contudo, esbarrou-se na defasagem tecnológica e na escassez de recursos materiais e investimentos públicos em infraestrutura (NISKIER, 2014).

Em 1990 outra proposição de criação da UAB é disposta em março no Diário do Congresso Nacional, por meio do PL n.º 4.592, visando a ampliar e a democratizar o acesso à educação superior "a custos reduzidos" e a elevação

da qualificação do trabalhador necessária à “aceleração do desenvolvimento do País”. Os recursos tecnológicos para construção dos conhecimentos seriam rádio, TV, correspondência, telefonia e satélites. Todavia, o projeto foi arquivado em julho de 1993.

Deste modo, entre 1972 e 1991, nove PL tramitaram ao todo no Congresso Nacional para criação de uma ‘Universidade Aberta do Brasil’, dos quais nenhum prosperou, refletindo negligência no âmbito federal para com a EaD governamental em nível superior (CLÍMACO, 2011). Entretanto, vale compreender que tais projetos foram compondo diretivas e preceitos do Sistema UAB.

Assim, em 06 de junho de 2006, mediante Decreto nº 5.800, oficializou-se a Universidade Aberta do Brasil. Mas, embora seja chamada de Universidade Aberta do Brasil, esta não se constitui como Universidade por não possuir endereço, orçamento, reitor, docentes, espaço físico, recursos materiais, corpo técnico-administrativo e estrutura e sede próprios e, ainda, por formar-se por meio de parceria do governo federal com os outros dois níveis governamentais e com as Instituições Públicas de Ensino Superior por intermédio de Convênio ou Acordo de Cooperação Técnica.

Em outras palavras, não propôs a criação de Universidade Aberta com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, bem como flexível quanto ao acesso, quanto à organização das disciplinas, da matriz curricular, do encadeamento de conteúdo e quanto ao tempo de realização e de conclusão dos cursos. No entanto, alvitrou programa que congregou as atividades de ensino, pesquisa e extensão já realizadas pelas instituições públicas brasileiras de educação universitária. Assim, é melhor caracterizada como ‘Sistema Universidade Aberta do Brasil’.

Sob outro prisma, pode-se refletir que com o estabelecimento dessa cooperação, o governo federal isenta-se da responsabilidade exclusiva pela educação superior e divide sua incumbência financeira com outras instâncias

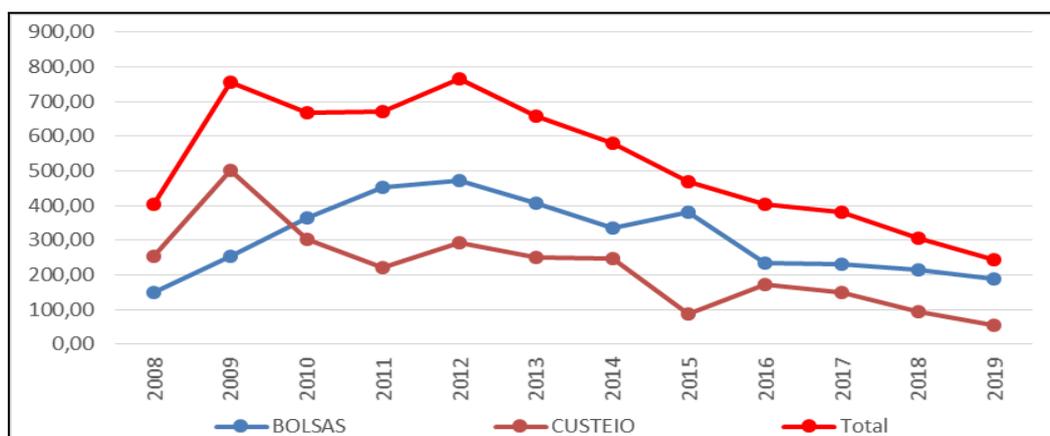
públicas. Desse modo, entende-se que o Sistema UAB é fruto das políticas neoliberais que preveem redução de investimentos financeiros sociais e que, portanto, faz-se relevante compreender este aspecto de forma pormenorizada a partir da exposição e discussão dos dados empíricos da DED/CAPES, como encontra-se no próximo tópico.

3 DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS TOTAIS DO SISTEMA UAB DE 2008 A 2019

Este tópico apresenta análise da dinâmica das despesas orçamentárias totais do Sistema UAB, de 2008 a 2019. Ressalta-se que os valores monetários correntes foram ‘deflacionados’ pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE, e estão em preços constantes de 2019 nas apreciações. Outro aspecto relevante é que os dados anteriores a 2008 não foram disponibilizados e a justificativa da DED/CAPES foi de que em 2006 e 2007 as despesas da UAB corriam à conta das dotações orçamentárias consignadas ao MEC e FNDE, sem participação da CAPES.

As despesas orçamentárias totais decompõem-se em ‘despesas orçamentárias’ autorizadas e ‘restos a pagar’ pagos ao Sistema UAB, as quais são responsáveis pelos pagamentos de bolsas e custeio. Bolsas são remunerações temporárias não-tributáveis pagas aos docentes, tutores e coordenadores envolvidos na UAB e custeio refere-se aos gastos de materiais e serviços não patrimoniáveis.

GRÁFICO 01 - Despesas orçamentárias totais destinadas ao Sistema UAB de 2008 a 2019 (em milhões)



Fonte: Estruturado a partir dos dados fornecidos pela DED/CAPES, 2020. Elaboração própria.

Como observa-se no gráfico 01, há expansão nos recursos orçamentários totais direcionados ao Sistema UAB entre os anos de 2008 e 2009, porém com ligeira reversão cíclica até 2011, quando apresentou ascensão para, em momento posterior a 2012, declinar de forma acentuada até 2019. No entanto, é necessário sublinhar que, no âmbito dos componentes que fazem parte das despesas orçamentárias totais, existe movimento diferenciado nos recursos direcionados às despesas orçamentárias específicas para bolsas e para custeios.

Acerca das bolsas pagas aos envolvidos no Sistema UAB, observa-se crescimento até o ano de 2012 e, após esse período, decréscimo até 2019 - exceto no ano de 2015 que apresentou pico ascendente. No caso dos custeios, observa-se que nos anos iniciais de implementação do Sistema UAB, entre 2008 e 2009, ocorre expansão das despesas orçamentárias destinadas a esse componente, o que a partir de 2009 proporciona tendência cíclica de redução.

A preponderância dos custeios nas 'despesas orçamentárias totais', até o ano de 2009, pode referir-se ao fato de que, como suporte à implantação e à materialização do Sistema UAB, o Governo Federal subsidiou obras de infraestrutura e aquisições de equipamentos tecnológicos e material didático

para montagem de polos, conforme pesquisa realizada por Pinto Júnior e Nogueira (2014).

Importante destacar que Mill (2016) e Oliveira (2019) apresentam que o Sistema Universidade Aberta do Brasil inicia seus sinais de esgotamento desde o princípio do ano 2013, em decorrência, especialmente, da ausência de investimentos governamentais no campo educacional e do corte de verbas destinadas aos cursos ofertados pelo programa. Entretanto, os dados recebidos da DED/CAPES explicitam que essa redução se enceta a partir de 2012.

Cabe ressaltar que, entre 2008 e 2019, a taxa média de crescimento real das despesas orçamentárias totais expõe decréscimo de -4,4% a.a., ao passo que a taxa média de crescimento para 'bolsas' foi de 2,2% a.a. e para 'custeio' de -13% a.a. Desse modo, observa-se que nesse período, o componente da despesa orçamentária total que exibiu maior expressão foi 'bolsas'. Por outro lado, esse comportamento não aconteceu de forma linear e unidirecional nos subperíodos.

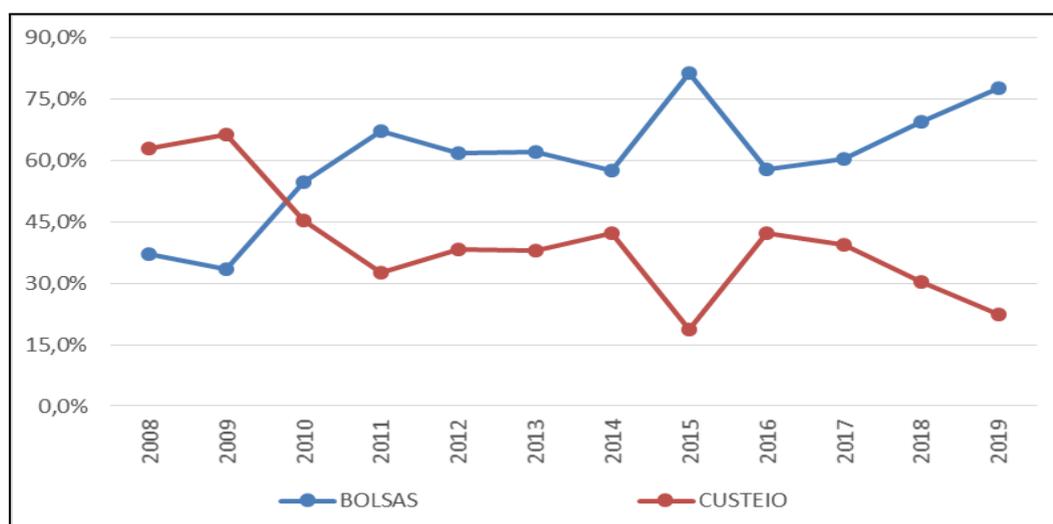
Entre 2008 e 2009, a taxa média de crescimento real das despesas orçamentárias totais foi de 87,9% a.a., ao passo que a taxa média de crescimento para bolsas foi de 69,8% a.a. e para custeio de 98,6% a.a. De 2009 a 2012, verifica-se taxa média de crescimento real das despesas orçamentárias totais de 0,5% a.a., sendo de 23% a.a. para bolsas e de -16,4% a.a. para custeio. De 2012 a 2019, há a taxa média de crescimento real das despesas orçamentárias totais de -15,1% a.a., visto que a taxa média de crescimento para bolsas foi de -12,2% a.a. e para custeio de -21,4% a.a.

Observou-se, também, que o diferencial entre as taxas médias de crescimento das despesas orçamentárias direcionadas para bolsas e para custeio favoreceu àquelas em detrimento deste.

No gráfico 02, a seguir, clarifica-se tal argumento quando se apresenta a participação das despesas com bolsas e custeios de 2008 a 2019. Sobre os

custeios, verificou-se que atingiram seu valor máximo em 2009, quando aglutinaram 66,4% das despesas orçamentárias totais enquanto as bolsas responderam por 33,6%. Em relação às bolsas, estas atingem o seu valor máximo em 2015, com 81,4% das despesas orçamentárias totais, ao passo que o custeio respondeu por 18,6%. Em 2019, observa-se que 77,7% das despesas orçamentárias totais concentraram-se em bolsas e 22,3% em custeio.

GRÁFICO 02 – Participação dos componentes bolsas e custeios nas despesas orçamentárias totais do Sistema UAB, de 2008 a 2019.



Fonte: Estruturado a partir dos dados fornecidos pela DED/CAPES, 2020. Elaboração própria.

Percebe-se, logo, descontinuidade nas despesas orçamentárias totais relacionadas ao Sistema UAB, como também em seus componentes 'bolsas' e 'custeio', uma vez que entre 2008 e 2019, a trajetória verificada nos gastos orçamentários foi cíclica e não crescente. Ou seja, os recursos orçamentários direcionados para esses atributos estavam dependentes das restrições determinadas pelo comportamento do orçamento geral da União.

É importante ressaltar que mesmo nesse contexto de descontinuidade ocorre a priorização dos gastos com bolsas *vis-à-vis* aos custeios, reforçando, assim, o argumento de que a preocupação do governo federal era expandir o

ensino superior público brasileiro com menor dispêndio governamental, sob a égide de modelo neoliberal de Estado gerenciador e avaliador.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve por intuito apresentar a dinâmica das despesas orçamentárias totais do Sistema Universidade Aberta do Brasil, de 2008 a 2019. Observou-se, portanto, que essas despesas correram sempre à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao MEC e ao FNDE, observados sempre os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira, indicando, portanto, descontinuidade na proposta e na oferta de financiamento do Sistema UAB, como forma de redução dos gastos governamentais, o que fragiliza, sobremaneira, a continuidade e a sustentabilidade do Sistema Universidade Aberta do Brasil.

Percebeu-se, ainda, expansão nos recursos orçamentários totais direcionados ao Sistema UAB entre os anos de 2008 e 2009, porém com ligeira reversão cíclica até 2011, quando apresentou ascensão para, em momento posterior a 2012, declinar de forma acentuada até 2019. Assim, compreendeu-se que em momentos de expansão da economia novos recursos eram adicionados ao Sistema UAB, ao passo que em momentos de restrições orçamentais não aconteciam repasses financeiros que impulsionassem a expansão dessa política educacional ao longo dos anos.

Observou-se, além disso, priorização dos gastos com bolsas vis-à-vis aos custeios. Isso pode ser resultado da estratégia adotada pelo governo federal de priorizar o pagamento dos atores docentes por bolsas de estudo e de pesquisa por intermédio dos recursos orçamentários do FNDE e destinando o grande montante das despesas de infraestrutura, de recursos materiais, de equipamentos e de mobiliários dos polos de apoio presenciais para os estados, os municípios e o Distrito Federal.

Tal comportamento relaciona-se, possivelmente, às limitações orçamentárias postas pela Emenda Constitucional nº.95, de 15 de dezembro de 2016. Essa legislação congelou, por 20 anos, a proporção dos recursos direcionados pelo Orçamento Geral da União aos gastos obrigatórios e discricionários, instituindo, logo, teto para esses dispêndios públicos. Isso significa contingenciamento de recursos governamentais destinados à educação superior brasileira.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.800**, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

CLÍMACO, J. C. T. de S. Educação a distância: política pública essencial à educação brasileira. **RBPG**, Brasília, supl. 1, v. 8, p. 15 - 28, dezembro 2011.

DINIZ, J. A. R. **A trama faustina da captura do trabalho docente do Sistema Universidade Aberta do Brasil pelo capital**: o caso da Universidade Federal do Tocantins. 2023. 296 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

LACÉ, A. M. **A Universidade Aberta do Brasil (UAB)**: das origens na ditadura militar ao século XXI. 2014. 313 fl. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

LESSA, C. **Estratégia de desenvolvimento, 1974-1976**: sonho e fracasso. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1978.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MILL, D. Educação a distância: cenários, dilemas e perspectivas. **Revista Educação Pública**. Cuiabá, v. 25, n. 59/2, p. 432-454, maio/ago. 2016.

NISKIER, A. Universidade Aberta: um projeto do tamanho do Brasil. **Carta Mensal**: Conferências proferidas nas reuniões semanais do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Brasília, n.º 706, p. 3-30, jan.2014.

OLIVEIRA, L. C. de. **Política pública educacional como estratégia de programa de governo**: o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). 2019. 146 f. Tese

Daniela da Costa Britto Pereira Lima; Juliane Aparecida Ribeiro Diniz; Murilo José de Souza Pires

(Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2019.

PINTO JÚNIOR, G. do C.; NOGUEIRA, V. M. R. Programa Universidade Aberta do Brasil: Aspectos relevantes na construção de uma metodologia para avaliar sua implementação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n.º 1, p. 227-249, Mar. 2014.

Sobre os autores

Daniela da Costa Britto Pereira Lima

Professora Adjunta da Universidade Federal de Goiás. Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013), Pós-doutora em Educação pela UFMT (2019). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFG (2022). Editora Chefe da Revista Em Rede. Membro do conselho editorial da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE, membro do Conselho Editorial da Revista Revelli (UEG), da Revista Exitus (UFOPA) e da Revista Série-Estudos da UCDB. Líder do Grupo de Pesquisa em Tecnologias e Educação a Distância (GEaD/UFG/DGP-CNPq).

E-mail: daniela_lima@ufg.br

Juliane Aparecida Ribeiro Diniz

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2023) e Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (2006). Possui Bacharelado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (1996), Licenciatura em Educação Artística, Habilitação em Música, pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2003), Licenciatura em Letras pelo Centro Universitário UniSEB (2011) e Licenciatura em Pedagogia pelo Programa Especial de Formação de Professores - PROFOP da Faculdade Ibra de Brasília - FABRAS (2022). Participante do grupo de Pesquisa em Tecnologias e Educação a Distância (GEaD/UFG/DGP-CNPq). Coordenadora de Extensão do Centro Universitário Alfredo Nasser - UNIFAN.

E-mail: julianeard@gmail.com

Murilo José de Souza Pires

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (1997), mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (2000), doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (2008) e Pós-doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (2015). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em economia regional – Centro-Oeste, desenvolvimento econômico, desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial rural. É Técnico

Daniela da Costa Britto Pereira Lima; Juliane Aparecida Ribeiro Diniz; Murilo José de Souza Pires

de Pesquisa e Planejamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, no âmbito da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais - DIRUR.

E-mail: murilo.pires@ipea.gov.br.

Licença de acesso livre



A **ESUD | CIESUD** utiliza a [Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), pois acredita na importância do movimento do acesso aberto ao conhecimento.